Ex-servidora do fisco é condenada à prisão

DE SÃO PAULO

17/07/2013 03h00

A Justiça Federal condenou à prisão uma ex-funcionária da Receita Federal por crimes contra o fisco envolvendo quatro empresas: Forjas Brasileiras, Mundial Produtos de Consumo, P&P Porciúncula e TV Globo.

Denunciada em 2007 pelo Ministério Público Federal (MPF) no Rio de Janeiro, Cristina Maris Meinick Ribeiro chegou a ser presa preventivamente naquele ano para evitar riscos às investigações.

Solta em setembro de 2007, foi exonerada de seu cargo. O julgamento ocorreu em junho deste ano pelo juiz da 3ª Vara Criminal Federal, que a condenou a quatros anos e 11 meses de prisão, além de multa.

Ribeiro recorreu da decisão. Segue em liberdade até novo julgamento, ainda sem data marcada.

A ex-funcionária da Receita foi acusada de ter desaparecido com três volumes dos processos de autuação contra a TV Globo da delegacia da Receita em Ipanema, em janeiro de 2007.

A emissora foi multada, em outubro de 2006, em R$ 615 milhões por supostas irregularidades na compra de direitos de transmissão da Copa de 2002. Segundo os fiscais, a emissora fez manobras para não pagar R$ 183 milhões em Imposto de Renda.

Ainda segundo o MPF, Ribeiro foi filmada, às 15h14 de 2 de janeiro, entrando com uma bolsa vazia na sala onde estavam os processos. Ao sair, às 17h17, carregava duas bolsas com volumes.

Com o desaparecimento, a Globo ajudou a recompor os autos cedendo cópia dos documentos. Depois disso, a Receita não aceitou a defesa da emissora, que, em 2009, aderiu ao Refis (Programa de Recuperação Fiscal) e parcelou seus débitos.

CRÉDITO FALSO

A condenação de Ribeiro também se deve a suposto favorecimento a mais empresas.

Em 2005, a Forjas Brasileiras recebeu R$ 4,2 milhões em créditos tributários gerados falsamente no sistema da Receita. Com isso, a empresa poderia compensar débitos com o fisco, em vez de pagá-los.

A compensação foi "parcelada" em quatro vezes. O primeiro crédito foi lançado em 31 de agosto de 2005, mesmo dia em que a servidora, segundo o

MPF, inseriu os dados no sistema. Os demais, programados para setembro.

Em janeiro de 2006, a ex-servidora teria adulterado o endereço da empresa P&P Porciúncula para dificultar as notificações do fisco à companhia, que estava respondendo a um processo.

Em abril, foi a vez de a Mundial S.A. Produtos de Consumo ter créditos tributários lançados em seu nome.

Segundo a Justiça, "não consta da denúncia que a ré tenha se locupletado economicamente dos atos criminosos por ela levados a cabo".

O MPF pediu a quebra do sigilo de Ribeiro, mas a Justiça negou, porque não havia na acusação indícios de que ela obteve ganhos.

A **Folha** apurou que a ex-funcionária responde por ao menos outras dez denúncias do Ministério Público Federal. Ela aparece ligada a supostas fraudes envolvendo mais de 70 empresas. A reportagem não teve acesso aos nomes.

OUTRO LADO

Por meio de seu advogado, Ricardo Sidi, a ex-funcionária da Receita Federal Cristina Maris Meinick Ribeiro disse que não iria se manifestar.

O advogado informou apenas que Ribeiro nega as acusações e tenta se reintegrar ao cargo.

No interrogatório do Ministério Público Federal, Ribeiro afirmou que não há provas, mas suposições de que ela tenha retirado da Receita Federal os processos contra a TV Globo.

Ela negou ter inserido dados falsos em favor de empresas e disse que terceiros podem ter usado sua senha para cometer o suposto ilícito.

De acordo com a ex-funcionária, os servidores de seu setor sabiam das senhas uns dos outros. Os funcionários negaram.

SURPRESA

Por meio de sua assessoria, a TV Globo disse estar convicta de não ter cometido nenhuma irregularidade na compra dos direitos de transmissão da Copa do Mundo de 2002.

A emissora de TV informou que apenas escolheu "uma forma menos onerosa para realizar o negócio" -algo permitido pela legislação tributária.

A autuação ocorreu em outubro de 2006 e, em dezembro, a Receita rejeitou a defesa da companhia.

"Alguns dias depois, para sua grande surpresa, foi a Globo informada de que os autos do processo se extraviaram na Receita Federal", disse a emissora.

De forma voluntária, a empresa forneceu às autoridades cópias dos documentos. "Com isso, foi possível o prosseguimento do processo", afirmou a emissora.

A empresa aderiu, então, ao Refis (Programa de Recuperação Fiscal) e diz ter pago o tributo em novembro de 2009.

A Globo afirmou que não conhece a ex-funcionária da Receita Federal e diz não saber a "motivação" de Ribeiro.

BRECHA

Por meio de sua assessoria, a Mundial informou que "alguém", valendo-se de uma procuração falsa, apresentou-se à Receita, praticando movimentações em nome da empresa.

A Mundial negou ter efetuado compensação tributária ou ter obtido qualquer tipo de benefício.

A empresa disse que o governo só passou a exigir procuração pública a partir de 2010. "Caso tal norma já estivesse em vigor à época dos fatos [2006], a companhia não teria sido vítima da ação inescrupulosa de terceiros."

Ao vivo: acompanhe a movimentação do mercado financeiro no liveblog

indicadores

Cotação dos índices econômicos

BOVESPA	-1,09%	107.220	(17h46)
DOLAR COM.	+0,67%	R$ 4,0140	(17h00)
EURO	-0,08%	R$ 4,46700	(14h00)
Atualizado em 31/10/2019			Fonte: CMA

redes sociais

EM MERCADO

+ LIDAS | + COMENTADAS | + ENVIADAS | ÚLTIMAS

1. Fusão da Fiat Chrysler com Peugeot Citröen cria empresa mais diversificada do setor
2. Em SP, 40% do mercado de etanol é irregular, diz empresa
3. Maia defende prioridade para reforma tributária e PEC dos gatilhos antes da administrativa
4. Kraft Heinz tem queda nas vendas com menor consumo de ketchup
5. Bradesco planeja fechar 10% de suas agências até o fim de 2020

envie sua notícia

Fotos Vídeos Relatos